

18 de Novembro de 2004

Indicadores Estruturais

Ano de Publicação 2004

PORTUGAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA

No Conselho Europeu realizado em Lisboa, durante a Presidência portuguesa (Março de 2000), foi estabelecido para a União Europeia (UE) o objectivo estratégico de se tornar, em 2010, “na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de garantir um desenvolvimento económico sustentável, com mais e melhores postos de trabalho e uma maior coesão social”, tendo posteriormente sido aditada a preocupação ambiental.

Para facilitar o acompanhamento da evolução registada, nos vários países e domínios, foi determinada a execução, em cada país, de um quadro estatístico de referência anual, com um vasto conjunto de indicadores nas áreas económica, social e do ambiente, comparáveis entre todos os Estados-Membros da EU: os chamados “Indicadores Estruturais”.

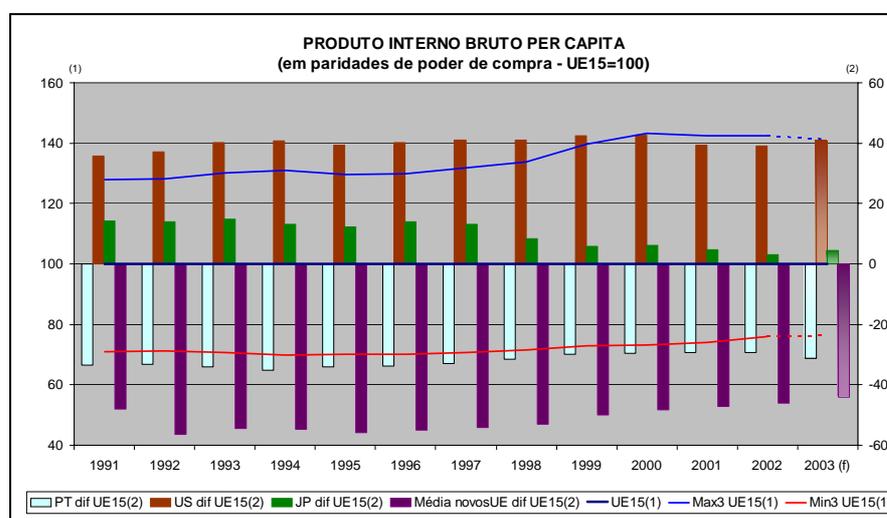
Ao Eurostat foi cometida a coordenação deste projecto ao nível europeu. Ao Instituto Nacional de Estatística (INE), enquanto órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, foi atribuída a coordenação da informação a enviar por Portugal.

O INE tem vindo, desde então, a trabalhar com o Eurostat e com vários organismos nacionais, produtores de informação estatística oficial, constituindo diversas séries de indicadores, as quais foram evoluindo ao longo do tempo e cuja versão concluída em 2004, tendo como referência o ano de 2003, o INE disponibiliza a todos os utilizadores (<http://www.ine.pt/pi/indest/IETree.asp>), acompanhada de um Relatório Resumo (em http://www.ine.pt/prodserv/estudos/pdf/Relatorio_IE_2004.pdf).

Alicerçando a análise nestes indicadores, é possível avaliar as evoluções registadas ao nível da União Europeia na prossecução daquele objectivo estratégico.

No caso específico da economia portuguesa, é de registar um dos níveis de desenvolvimento mais baixos entre os Estados-Membros da UE (15), situando-se no 14º lugar em termos de *PIB per*

capita em PPC entre 1995 e 2002, anos em que supera a Grécia, e ocupando o último lugar nos restantes anos. Embora os novos Estados-Membros da UE apresentem níveis de desenvolvimento económico menores do que Portugal, deve ser referido o consistente processo de convergência encetado por estes países a partir da segunda metade da década de 90.



Todas as séries correspondem a índices em que a base é a UE (15). As que integram na sua designação "dif" são representadas como diferenças percentuais entre o valor do índice alcançado e o valor de referência da UE (15)=100. A sigla PT refere-se a Portugal; a US aos Estados Unidos da América; e a JP ao Japão. No caso da série da média dos novos Estados-Membros da UE o valor é obtido por média simples dos resultados nacionais. As séries dos "Min" e dos "Max" representam, respectivamente, a média simples dos três piores e dos três melhores resultados de cada ano.

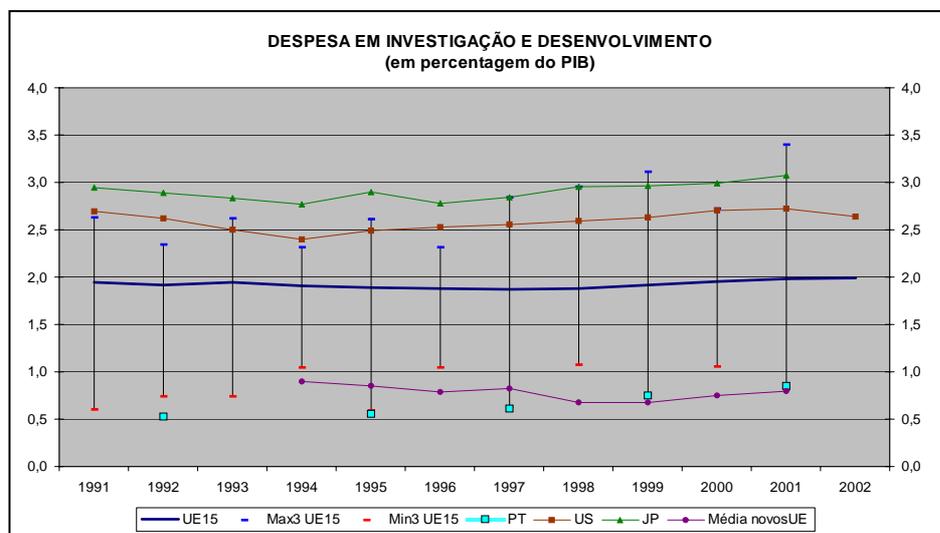
Portugal tem apresentado valores de *produtividade do trabalho* bastante inferiores à média da UE (15), representando cerca de 65% do valor de referência da União Europeia em 2003. Embora com produtividades inferiores às observadas em Portugal, a evolução deste indicador nos novos países que integram a UE regista uma tendência de recuperação mais forte do que a nacional.

Relativamente às finanças públicas, Portugal tem apresentado *défices das administrações públicas em percentagem do PIB* superiores aos verificados no conjunto da UE (15), embora apenas em 2001 tenha ultrapassado o limite de 3%. Nos novos Estados-Membros, observa-se, desde 2000, uma redução dos seus défices. Contudo, não pode deixar de ser referido que embora a percentagem da *dívida das administrações públicas em percentagem do PIB* tenha vindo a aumentar desde 2001, Portugal continua a apresentar valores inferiores à média da UE (59,4% de Portugal contra 64,2% da UE (15) em 2003).

Por seu turno, a recuperação lenta de Portugal em relação aos restantes Estados-Membros em áreas como a *Educação, Inovação e Investigação, o Ambiente e a Coesão Social*, não contribui para o sucesso de convergência com a UE (15). Em termos exemplificativos, esta situação é claramente evidenciada pelos seguintes indicadores:

- “*Despesa em investigação e desenvolvimento*”, onde se revela uma menor aplicação de fundos.

Neste sentido, será de notar que os níveis de despesa em investigação e desenvolvimento são muito baixos e inferiores em qualquer dos anos a 1% do PIB. Em termos de posição relativa, o valor nacional situa-se nos valores mais baixos da UE (15) embora aqui seja de realçar a tendência de ligeira subida que se verifica e que tem permitido reduzir a distância face ao valor médio da comunidade.



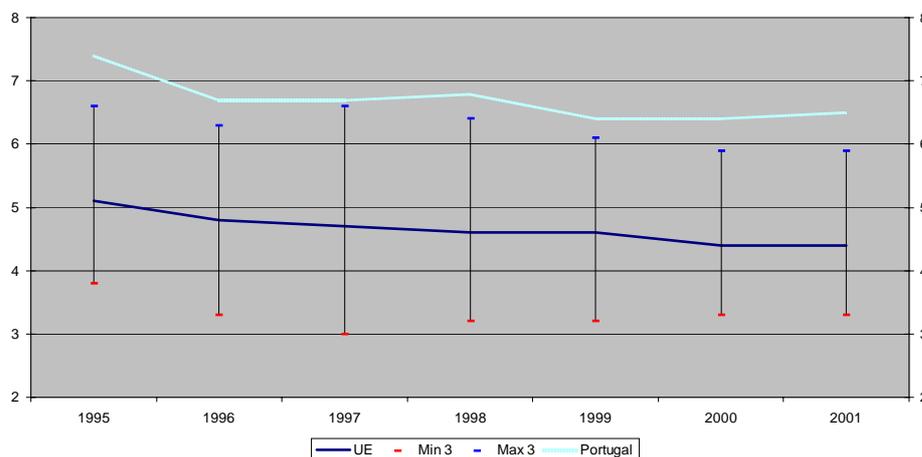
A sigla PT refere-se a Portugal; a US aos Estados Unidos da América; e a JP ao Japão. No caso da série da média dos novos Estados-Membros da UE o valor é obtido por média simples dos resultados nacionais. As séries dos “Min” e dos “Max” representam, respectivamente, a média simples dos três piores e dos três melhores resultados de cada ano.

- “Aprendizagem ao longo da vida”, onde Portugal regista um défice, com uma baixa percentagem da população envolvida em acções de formação e sem uma evolução positiva, sendo de notar que em 2003 apresenta o valor mais baixo da União Europeia.
- “Distribuição de Rendimento e risco de pobreza”, mostrando que a desigualdade na distribuição do rendimento em 2001 era em Portugal significativamente mais acentuada que no conjunto da UE (15). O rendimento médio do quintil mais rico da população era

6,5 vezes superior ao quintil mais pobre, enquanto no conjunto dos Estados Membros era 4,4 vezes superior.

Uma análise da taxa de risco de pobreza em 2001 na UE (15), depois das transferências sociais, evidenciava que a Suécia, Dinamarca, Finlândia, Países Baixos e Alemanha apresentavam as taxas mais baixas da UE (15) – entre 10% e 11%, enquanto na Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e em Portugal, a parcela da população que vivia abaixo da linha de pobreza situava-se, naquele ano, entre os 19% e os 21%.

DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO



As séries representam o rácio entre o rendimento médio dos 20% da população mais rica e o dos 20% da população mais pobre. As séries dos “Min” e dos “Max” representam, respectivamente, a média simples dos três piores e dos três melhores resultados de cada ano.

- “Emissões de gases com efeito estufa”, revelando que Portugal tem apresentado crescimentos significativos nas emissões de gases CO₂, e encontrava-se, em 2001, com um valor 36% acima do registado em 1990. Além disso, ultrapassou a meta fixada no Protocolo de Quioto para 2010, que limita esse valor a um acréscimo de 27%.

Neste âmbito, Portugal, a par da Irlanda e da Espanha, é o país com maior crescimento destas emissões desde 1990. Em termos da

UE (15), o nível de emissões total situa-se um pouco abaixo do verificado em 1990, embora ainda num patamar superior à redução que tinha sido acordada no Protocolo de Quioto.

Devem ser realçadas algumas áreas em que houve progressos no sentido de diminuir o atraso relativo de Portugal:

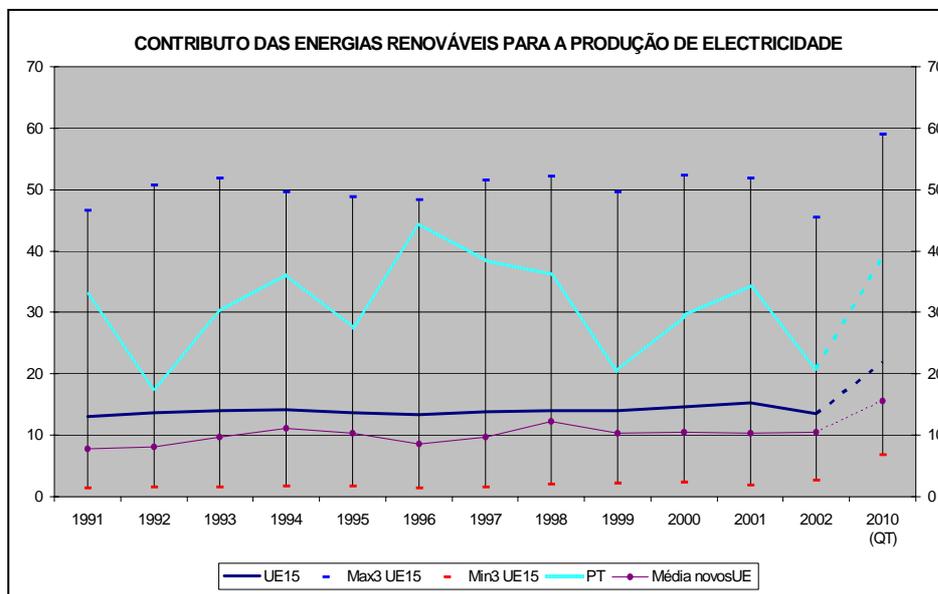
- “Investimento do sector privado”, denotando que Portugal tem afectado uma percentagem dos rendimentos gerados superior à média

européia. Portugal ocupa posições de liderança neste indicador, com excepção de 1993 e 2003, anos de recessão e ciclo económico, em que se situou em 4º e 5º lugares, respectivamente.

- “Despesa pública em educação”, em que Portugal é ligeiramente superior à média da UE (15).
- “Nível de acesso à Internet”, em que Portugal apresenta progressos significativos,

embora situando-se a níveis abaixo da UE, tanto na vertente das empresas como nas famílias.

- “Contribuição das energias renováveis para a produção de electricidade”, onde Portugal apresenta maiores contributos que a média da UE (15), embora com uma grande variabilidade ao longo do tempo, decorrente do grande peso da componente hidroeléctrica, a qual está dependente das condições climáticas de cada ano.



A sigla PT refere-se a Portugal; a US aos Estados Unidos da América; e a JP ao Japão. No caso da série da média dos novos Estados-Membros da UE o valor é obtido por média simples dos resultados nacionais. As séries dos “Min” e dos “Max” representam, respectivamente, a média simples dos três piores e dos três melhores resultados de cada ano.

Fonte: Eurostat – Indicadores Estruturais (<http://europa.eu.int/comm/eurostat>)